

**Neo-chartalismo e a moeda internacional:
O papel do petróleo nos pilares do *Dólar Soberano*.**

Caio Vilella¹

Caroline Yukari Miaguti²

Resumo

O *neo-chartalismo* é a abordagem teórica que entende a moeda como criatura do Estado através dos Tributos. No âmbito doméstico, o tributo imposto pelo ente superior funcionaria como uma obrigação compartilhada entre os agentes, obrigação esta capaz de ensejar a necessidade de obter o meio de pagamento que saldará a dívida (tributo). No âmbito internacional, dada a ausência de impostos internacionais, este trabalho busca entender como se deu a origem do dólar americano como moeda internacional sob uma perspectiva *neo-chartalista*. Ao decorrer das seções, argumenta-se que o acordo firmado entre EUA e Arábia Saudita em 1971, em que determinou-se a denominação do preço do petróleo em dólares americanos, foi a obrigação que o ente hierárquico superior (no caso, os EUA) usou para criar necessidade de demanda por dólares americanos nos países do Sistema Monetário Internacional.

Área de Temática: 5) Dinheiro, Finanças Internacionais e Crescimento

1. Introdução

Entender a moeda e sua origem tem se mostrado tarefa hercúlea para economistas. A literatura tradicional dos manuais introduz primeiro o mercado de troca via escambos, para somente depois das trocas terem maximizado as utilidades dos agentes, a moeda ser introduzida teoricamente como mero adereço facilitador. Nesta conjuntura, o caráter social e a relação de poder que a moeda traz consigo ficam acobertados, impedindo estes economistas de enxergarem sua não neutralidade. Neste arcabouço, as famílias obtêm moeda em troca dos serviços prestados para as firmas, enquanto as firmas, por sua vez, obtêm moeda dos bens e serviços vendidos para as famílias. Não importa quão complexo fique o modelo, sempre restará a questão sobre a origem da moeda, senão como sair desse ciclo lógico infinito em que as famílias dependem das firmas e as firmas dependem das famílias para moeda ser introduzida?

Por outro lado, Innes (1913) e Knapp (1924) inauguram uma abordagem que trata da origem da moeda através do Estado e, por conta disso, a enxergam como uma criatura deste. Esta vertente teórica ficou conhecida como *Chartalista*³ e logo tratou de desmistificar a relação social que a moeda

¹ Doutorando em Economia pela UFRJ, contato: caio.vilella@ufrj.br. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Doutoranda do Programa de Economia Política Internacional pela UFRJ, contato: carol.mia@gmail.com.

³ Alguns referem-se à esta escola como *cartalista*. Ambas as denominações são igualmente válidas e referem-se ao mesmo grupo de autores (Innes, 1913; Knapp, 1924; Keynes, 1930 (2013); Davidson, 1972 e; Wray, 1998)

impõe. Antes mesmo dos mercados se desenvolverem entre firmas e famílias, o débito e o crédito já existiam e a moeda poderia ser uma tabua de madeira ou uma roda de pedra gigante, a depender do que o ente hierárquico superior determinasse. Dequech (2013) destaca que esta abordagem seguiu duas vertentes distintas, uma liderada pela visão de Davidson (1972) e outra pela leitura que Wray (1998) fizera de Keynes (1930 [2013]) e os demais *chartalistas*.

O *chartalismo* de Davidson concorda que moeda é criatura do Estado, mas sua imposição se dá através de contratos estabelecidos entre os agentes privados. Segundo esta vertente, os agentes denominam seus contratos de dívida na unidade de conta criada pelo Estado enquanto depositarem confiança na capacidade deste Estado garantir a solvência destes contratos. Tal garantia se dá pela atuação do Estado no sentido de manter a liquidez dos mercados em que os contratos foram firmados. Enquanto a vertente liderada Wray argumenta que o poder de impor curso legal da moeda não viria dos contratos, mas dos tributos. Os agentes realizam suas trocas na moeda imposta pelo Estado por compartilharem uma dívida em comum nesta moeda, qual seja: tributos. A leitura *neo-chartalista* evidencia o uso da força e poder na origem da moeda. Esta vertente ficou conhecida na literatura como *neo-chartalismo*. A diferença entre a vertente “*chartalista davidsoniana*” e a *neo-chartalista* pode parecer sutil à primeira vista, mas suas implicações apresentam resultados práticos distintos.

O ponto deste trabalho reside na indagação de que se a moeda é criatura do Estado através dos impostos, como explicar a origem do dólar como moeda internacional sem que os EUA tenham cobrado tributos em dólares? Para entender esta dinâmica internacional, alguns autores brasileiros dedicaram seus estudos. Do lado “*davidsoniano*”, Prates (2002) e De Paula et. al (2017) tentaram avançar em um sentido similar ao desta questão. Paralelamente Metri (2014 e 2017) também avançou neste sentido com uma base teórica próxima a Wray, mas sem dialogar diretamente com este autor. O esforço deste trabalho é de conciliar os trabalhos *neo-chartalistas* de Wray (1998) com a leitura de Metri (2017) para investigar a hipótese de que da mesma forma como o Estado usa o tributo para determinar a moeda doméstica, os EUA utilizaram o petróleo como obrigação disseminada pelos agentes para impor o curso do dólar como moeda internacional.

Além desta introdução, o texto conta com uma segunda seção para tratar sobre a origem da moeda no âmbito doméstico. A terceira seção apresenta o contexto histórico em que os EUA direcionam sua diplomacia visando manter seu poder no Sistema Monetário Internacional, precificando o petróleo em dólar. A quarta seção discute o elo entre petróleo e moeda, trazendo dados que corroboram para testar nossa hipótese. Por fim, a sexta seção é responsável por trazer as considerações finais.

2. Dinheiro e Moeda *neo-Chartalista*

Usualmente, livros textos de economia costumam introduzir a moeda através de uma sociedade de escambo que a utiliza como facilitadora de trocas. Desde Adam Smith (1776 [1983]), a moeda é apresentada como instrumento que permite com que a troca aconteça sem combinação de interesses. Isto é, o pescador que deseja obter um cordeiro, não precisará que o caçador de cordeiro deseje obter peixe simultaneamente. A troca poderá ocorrer com ouro ou prata, pois este equivalente geral poderá ser usado pelo caçador para obter a mercadoria desejada no mercado. Nesta conjuntura, as trocas são realizadas de forma a alocar, da maneira mais eficiente possível, todos os recursos da economia e a moeda serve simplesmente como facilitadora destas trocas *maximizadoras* de utilidade.

Em tal sociedade hipotética apenas o circuito real da troca de mercadorias importa, a medida em que toda riqueza financeira poupada por alguém servirá como recurso de investimento para quem deseja gastar mais que sua renda. Não fica difícil de enxergar então, que o crédito existente em tal sociedade nada mais é do que o dinheiro fluindo de onde está mais abundante para onde sua presença está escassa.

Diametralmente oposto, Innes (1913) argumenta que o dinheiro deve ser entendido não através do escambo, mas da dívida. Um caçador que deseja consumir peixes irá ao mercado demandar tal mercadoria e, na ausência de qualquer item facilitador de trocas, incorrerá em débito pelos peixes obtidos. Quando conseguir reunir montante suficiente de caça para saldar seu débito, o caçador retorna ao mercado com a quantidade de, digamos, cordeiros excedente ao seu consumo para obter o crédito equivalente.

As trocas ocorrem por intermédio da dívida e não por intermédio de ouro, prata ou qualquer equivalente geral. Ao demandar uma mercadoria no mercado, o consumidor desta mercadoria se torna devedor líquido neste mercado até que utilize sua produção para obter crédito e saldar sua posição⁴. A moeda como representante da dívida explícita o caráter social da moeda que, diferente do que é usualmente sugerido, não se finda com a troca de mercadorias.

Diferente da relação de compra e venda, a relação de crédito e débito evidencia um caráter hierárquico no qual o devedor possui saldo em aberto com o credor que deverá ser “redimido”, “apaziguado”, “satisfeito” ou “pago”⁵. Ao consumir, o comprador não está gastando renda obtida outrora, mas poder de compra, ou crédito, que pode ou não ter sido obtido anteriormente. Caso ainda não tenha sido obtido este crédito, o devedor terá uma entrada negativa marcada no “livro do mercado” que deverá ser saldada posteriormente (Innes, 1913). A mercadoria na qual esta dívida

⁴A marcação deste débito/crédito já ocorreu, historicamente, em tabletes de madeira que, ao ser saldado o débito, eram quebrados como forma de mostrar que a dívida havia sido redimida (Innes, 1913, p.14).

⁵ A etimologia do verbo “pagar” já nos fornece uma pista histórica, em que tal palavra descende do Latim *Pacare* que significa: apaziguar, aplacar, satisfazer; no sentido de dívida.

estará denominada pode variar ao longo do tempo e assumir a forma de tabletes, sal, especiarias, bronze, prata, vidro, ouro etc. Conforme Innes (1913, p.21): “*Money, then, is credit and nothing but credit. A’s money is B’s debt to him, and when B pays his debt, A’s money disappears. This is the whole theory of money*”.

O fato de muitos itens terem ocupado o posto de moeda não significa, no entanto, que qualquer item possa alcançar tal posto⁶. Uma vez entendido que a natureza do dinheiro é a dívida, é natural que a sociedade busque por um item que facilite a representação desta. A escolha do item representante desta dívida não é trivial, este deverá ser amplamente aceito pelo mercado como representante do débito em aberto ofertado pelos credores deste mercado, isto é, depende de uma relação de confiança entre os agentes e o item⁷.

Na ausência (hipotética) de uma mercadoria existente no posto de moeda, a opinião média dos agentes logo convergirá no sentido de apontar o item escolhido ao posto. Temos, então, que a moeda surge como um representante de dívida socialmente aceito, isto é, uma instituição informal: a convenção (Dequech, 2013)⁸. Como característica das convenções, a moeda carrega consigo a conformidade com a opinião média e a arbitrariedade. Conforme Dequech (2013), o aspecto convencional da moeda vem do fato das pessoas aceitarem moeda como representante da dívida por acreditarem que outros também o aceitarão, conformando-se assim, com a opinião média. Enquanto a arbitrariedade da moeda exprime-se no fato de existirem diversos candidatos ao posto de moeda sem que haja uma superioridade notória na escolha de um em detrimento de outro. Em suma, é a confiança compartilhada pela sociedade que faz com que um item passe a ser amplamente aceito nas trocas de mercado⁹.

A ascensão de um item ao posto de moeda, conforme exposto acima, dependerá da capacidade de cada agente em afetar a opinião média. Cada agente econômico tentaria influenciar a opinião média no sentido de colocar o item de seu interesse neste posto, de tal forma que, desta opinião média,

⁶O leitor mais íntimo da literatura sobre origem da moeda pode confundir esta leitura com a de Lawson (2016). De fato existem interseções entre a abordagem aqui sugerida e a de Lawson (2016), no entanto, o termo “posto da moeda” aqui possui um caráter menos complexo e significa tão somente o item a representar a dívida.

⁷Orléan (2007) cita três formas de confiança na moeda: 1) confiança ética: relacionada a adesão de objetivos coletivos; 2) confiança metódica: relacionada a repetição de determinado comportamento e 3) confiança hierárquica: relacionada com a garantia oferecida por um ente superior (ver Orléan, 2007, p.5).

⁸Neste trabalho entenderemos instituições como conjunto de regras que dão origem à hábitos que podem ser incorporados pelos agentes (Hodgson, 2006). Estas instituições podem ser formais ou informais. As formais estão previstas em leis, regras ou regulamentos e sua não incorporação está sujeita a sanções. As informais são caracterizadas por não estarem formalizadas em documentos e são compostas por normas sociais, organizações informais e convenções (para melhor detalhamento ver Dequech, 2017).

⁹Uma vez no posto de moeda, o item passará a compartilhar três características essenciais (Keynes, 1936). A primeira é a elasticidade substituição nula ou desprezível, a qual garante que não existirá nenhum substituto perfeito para a moeda. A segunda característica é a elasticidade produção nula ou desprezível, isto é, o aumento da demanda por moeda não implica em aumento do número de empregos para sua produção. Por fim, a terceira característica é o baixo custo de carregamento da moeda, ou seja, na ausência de hiperinflação, a moeda preserva seu valor no tempo, permitindo a seu detentor postergar o momento da decisão de gasto (Keynes, 1937).

emanaria um item que seria amplamente aceito por todos os agentes. Mas o argumento de que um agente aceita moeda pelo fato de que outro aceita, nos conduz a um ciclo lógico infinito de argumentação e não nos permite responder o motivo dos agentes, de maneira agregada, demandarem moeda. Isto nos leva ao argumento de Keynes (1930 [2013]) de que a moeda seria, pelo menos nos últimos quatro mil anos¹⁰, uma criatura do Estado. O Estado, como ente hierárquico superior aos agentes privados, tem a capacidade de afetar abrupta e definitivamente a opinião média conforme seu interesse. Esta abordagem da moeda como criatura do Estado ficou conhecida como abordagem *Cartalista*.

Mesmo antes da existência de um Estado como o conhecemos, a Igreja, o Senhor Feudal, o Monarca ou qualquer outro ente hierárquico superior exerceu esta influência em determinar o item a ocupar o posto de moeda. Através de impostos, taxas, tributos, dízimos ou qualquer outra forma de dívida, o ente superior é capaz de espalhar uma forma de débito compartilhado pelos agentes, engendrando uma necessidade compartilhada em saldar tal débito¹¹. Assim, os agentes aceitam moeda por acreditarem que outros também o aceitarão, pois em última instância todos devem saldar seu débito como ente superior. No agregado, os agentes demandam moeda para saldar o débito em aberto com o Estado. Da mesma maneira que a dívida se finda com a redenção do credor, o Estado declara saldada a dívida dos agentes tão logo os tributos são pagos, destruindo a moeda outrora emitida.

Apesar do Estado ser emissor da moeda, nem toda moeda em circulação está sob o seu controle. Keynes (1930 [2013], p.8) destacava quatro formas de instrumentos de troca que poderiam existir¹². Dentre os quais, poderiam estar instrumentos de troca atrelados à *commodities* ou dívidas privadas denominadas na unidade de conta estatal. Para Wray (1998), um Estado totalmente soberano seria apenas aquele emissor de moeda não conversível e, com algum grau de soberania, poderíamos incluir emissores de moeda com taxa manipulada de conversão.

Um Estado deve seguir quatro passos lógicos, não necessariamente sequenciais, caso deseje tornar-se Soberano. São eles: Criar unidade de conta, criar obrigação compartilhada pela sociedade, emitir meio de pagamento e não comprometer-se a converter a taxa fixa este meio de pagamento em nenhum item o qual não possua controle (Wray, 2019, p.5).

A primeira condição necessária para um Estado ter moeda nacionalmente soberana seria criar uma unidade de conta. Segundo Keynes (1930 [2013]) unidade de conta é aquilo em que os preços e

¹⁰Hoje em dia, devido aos registros históricos da Babilônia, já podemos expandir este período para no mínimo seis mil anos, pelo menos até que novas descobertas eventualmente ampliem este período.

¹¹Davidson (1972) também enxerga a moeda como criatura do Estado, mas através de contratos, não de impostos. Para Davidson, o Estado forçaria o curso legal da moeda através de leis que estimulariam os agentes privados a firmarem contratos na unidade de conta determinada pelo Estado. Para uma comparação entre as vertentes *chartalistas* ver Dequech (2013).

¹² As quatro formas são: “*commodity money*”, “*fiat Money*”, “*managed money*” e “*bank note*”, para mais detalhes sobre estas formas ver Keynes (1930 [2013], p.8).

os contratos são denominados. Logo, além de criar uma unidade de conta, o Estado deve seguir também a segunda condição necessária: criar uma obrigação compartilhada denominada nesta unidade (Wray, 2019). Esta obrigação, ao gerar um débito compartilhado pelos agentes (um crédito Estatal com os entes privados), engendra a necessidade destes agentes em demandarem o item que representará esta unidade de conta no sentido de saldar o débito (Wray, 2019).

Chegamos na terceira condição necessária: a emissão de um meio de troca (Wray, 2019). Porém, não pode ser um meio de troca qualquer, precisa ser um meio de troca que representará a unidade de conta criada e que será aceito como redenção do débito coletivo criado. Usualmente, a unidade de conta e o meio de troca possuem mesma denominação, mas não precisaria ser sempre assim. Keynes (1930 [2013]) usa o exemplo de um contrato denominado no peso de uma pessoa e o meio de troca ser dólares. Assim, quando a data de vencimento do contrato chegar, o peso desta pessoa pode estar dez quilos maior do que na data de firmamento do contrato, isto exigirá que o devedor consiga dez unidades a mais de dólares para honrar o mesmo contrato (supondo uma taxa de conversão de um dólar por Quilograma).

Por fim, a última condição necessária seria o Estado não se comprometer a converter o meio de troca emitido em nenhum outro item ao qual não possua controle pleno. Quando a data de vencimento do contrato chegar, o Estado poderá emitir a quantidade necessária de meio de trocas a fim de saldar o compromisso assumido (Wray, 2019). Caso o Estado tenha se comprometido a converter seu meio de pagamento em uma proporção fixa com alguma outra *commodity*, sua soberania ficaria condicionada a sua capacidade em arrecadar tal *commodity* a fim de manter a proporção de troca prometida. Se o agente privado desejar converter o meio de pagamento em algo além da moeda soberana, ele deverá recorrer ao detentor da mercadoria desejada e negociar um preço de troca, sem qualquer intervenção do Estado.

Dentro da escola *Chartalista*, o *neo-Chartalismo* se destaca por argumentar que a moeda seria criatura do Estado através de tributos. Wray (1998 e 2004) argumenta que a obrigação socialmente compartilhada pelo Estado soberano seriam os tributos.¹³ Quando todos possuem uma dívida denominada na unidade de conta determinada pelo Estado, os agentes passam a aceitar, de maneira agregada, a moeda Estatal por precisarem deste meio para saldar a dívida que possuem em aberto com o Estado. Esta abordagem foge completamente de qualquer ciclo lógico infinito e atribui uma origem, uma circulação e um fim para a moeda.

Em outras palavras, o Estado cria moeda ao debitar a conta dos agentes, isto é, ao gastar na moeda por ele emitida e denominada na unidade de conta por ele determinada. Esta moeda é utilizada pelos agentes privados para suas atividades usuais e exerce suas funções básicas de meio de troca,

¹³ Esta ideia foi originalmente desenvolvida por Knapp (1924), em sua Teoria Estatal da Moeda.

reserva de valor e representante da unidade de conta. O Estado Soberano cria moeda ao gastar e garante manutenção deste item neste posto ao prometer aceita-lo como redenção da dívida em aberto, ou seja, somente este item emitido pelo Estado será aceito para quitar o débito dos agentes privados com o Estado, tributos (Wray, 2004).

Wray (2019) argumenta que nem todo Estado precisa ser Soberano, em alguns casos, a sociedade pode optar por abrir mão de sua soberania. A Soberania traz alguns benefícios e custos para o Estado. O custo nítido que podemos apontar é que haveria consequências, nem sempre desejáveis, em adotar taxa de câmbio flexível, principalmente quando tratamos de países emergentes, altamente importadores de tecnologias e bens de capital¹⁴. Por outro lado, um Estado Soberano jamais enfrentaria restrições financeiras para demandar qualquer produto disponível a venda e denominado na unidade de conta por ele criada. Isto é, enquanto todos os agentes privados enfrentam “restrições de sobrevivência”¹⁵, o Estado Soberano exerce o “privilégio exorbitante” de emitir a moeda chave do regime monetário vigente, eliminando qualquer restrição de cunho financeiro.

Esta abordagem nos apresenta uma leitura monetária que traz consigo a necessidade de revisitar a história recente do Sistema Monetário Internacional (SMI)¹⁶ a fim de investigar a origem do dólar como moeda internacional a partir da ótica *neo-chartalista*¹⁷. Na realidade, na história recente¹⁸ do SMI não existiu outro Estado Soberano, nos termos postos por Wray (2019), que não os EUA. Nos padrões monetários Ouro-Libra (1870-1914) e Ouro-Dólar (1945-1971), como já está explícito no nome, o país emissor da moeda internacional se comprometia com a conversão em ouro a uma paridade fixa. A prerrogativa da moeda de um determinado Estado denominar preços internacionais e liquidar transações estava ancorada no lastro em ouro, ou seja, na garantia da conversibilidade – uma vez que o ouro ainda ocupava o papel de ativo de reserva internacional. Esta temática será abordada na próxima seção.

3. O papel do dólar no SMI nas décadas de 1960 e 1970: Do questionamento à Soberania.

Apesar de estar vigente até os dias de hoje, a consolidação do Padrão Dólar-flexível não foi um processo simples e rápido. Após a ruptura com o padrão dólar-ouro em 1971, e o abandono das

¹⁴ Ver Vernengo e Caldentey (2019) para mais detalhes.

¹⁵ Nos termos de Minsky (1954, p.127 apud. Torres Filho, 2019, p.11-12) a restrição de sobrevivência de qualquer agente privado é que o seu fluxo esperado de entrada de caixa seja superior ao fluxo total de compromissos assumidos. Caso este descasamento ocorra em algum período da vida, a restrição de sobrevivência deste agente ficará condicionada a sua capacidade de se refinarçar.

¹⁶ Alguns autores optam pela nomenclatura de “Sistema Monetário e Financeiro Internacional”. Aqui entendemos que todo sistema monetário requer necessariamente a existência de um sistema financeiro para seu funcionamento padrão, de tal forma que o termo “financeiro” fica redundante e será suprimido.

¹⁷ Wray (2004) apresenta a origem do dólar como moeda dentro das fronteiras americanas, em que impostos são pagos nesta moeda. Aqui estamos interessados em utilizar esta abordagem para estudar o dólar como moeda fora das fronteiras americanas, em que não há impostos devidos em dólares.

¹⁸ Pelo menos desde 1870.

regras instituídas em Bretton Woods, o sistema monetário internacional operou de forma disfuncional até o final da década – em função da volatilidade das taxas de câmbio e agravada pelos dois choques do petróleo (1973 e 1979). Vale destacar que a dificuldade de manter o padrão ouro-dólar sob o regime de Bretton Woods se intensificou no final da década de 1960, quando os Estados Unidos começaram a apresentar déficits comerciais em decorrência do aumento da competitividade das indústrias do Japão e da Alemanha, deteriorando a posição externa dos Estados Unidos¹⁹. Dentre os fatores que contribuíram para a ampliação do déficit americano estavam aumento dos gastos militares de manutenção de tropas no exterior – Guerra da Coreia e Vietnã – além das ajudas externas visando a recuperação das economias capitalistas aliadas. Ademais, o desenvolvimento do Euromercado²⁰ em meados de 1960, contribuiu para expandir a liquidez internacional e agravar a situação do déficit americano, conforme a figura 1.

A figura 1 baseia-se na metodologia de Godley (1996) em que se considera o balanço setorial para verificar o comportamento agregado do balanço do setor público, privado e externo de uma economia. Quando a série assume valores persistentemente positivos, como é o caso do setor privado americano, significa que este setor está acumulando ativo líquido em detrimento de pelo menos um dos demais setores. No caso americano, como mostrado na figura 1, isto vem acontecendo a custas de déficits públicos constantes e, partir da segunda metade dos anos 1970, somado com déficits externos sucessivos. Em suma, o que pode ser verificado é a tendência de um crescente déficit “gêmeo” desde meados de 1970, isto é, o setor privado americano acumulando riqueza líquida em detrimento dos déficits público e externo em transações correntes.

O acúmulo de riqueza líquida pelo setor privado americano fez com que os demais agentes internacionais passassem a esperar desvalorizações da moeda americana e exigir a conversão desta na moeda internacional a época, o ouro. Este movimento teve início em 1967, liderado por Charles De Gaulle, e atingiu seu ápice em meados de 1971, quando os ingleses retiraram do Tesouro americano o equivalente a 3 bilhões de dólares em ouro²¹. Neste ano, as reservas oficiais de ouro representavam menos de um quarto dos passivos externos americanos, o que levou o governo Nixon a abandonar unilateralmente a conversibilidade do dólar em ouro, bem como o regime de câmbio fixo²².

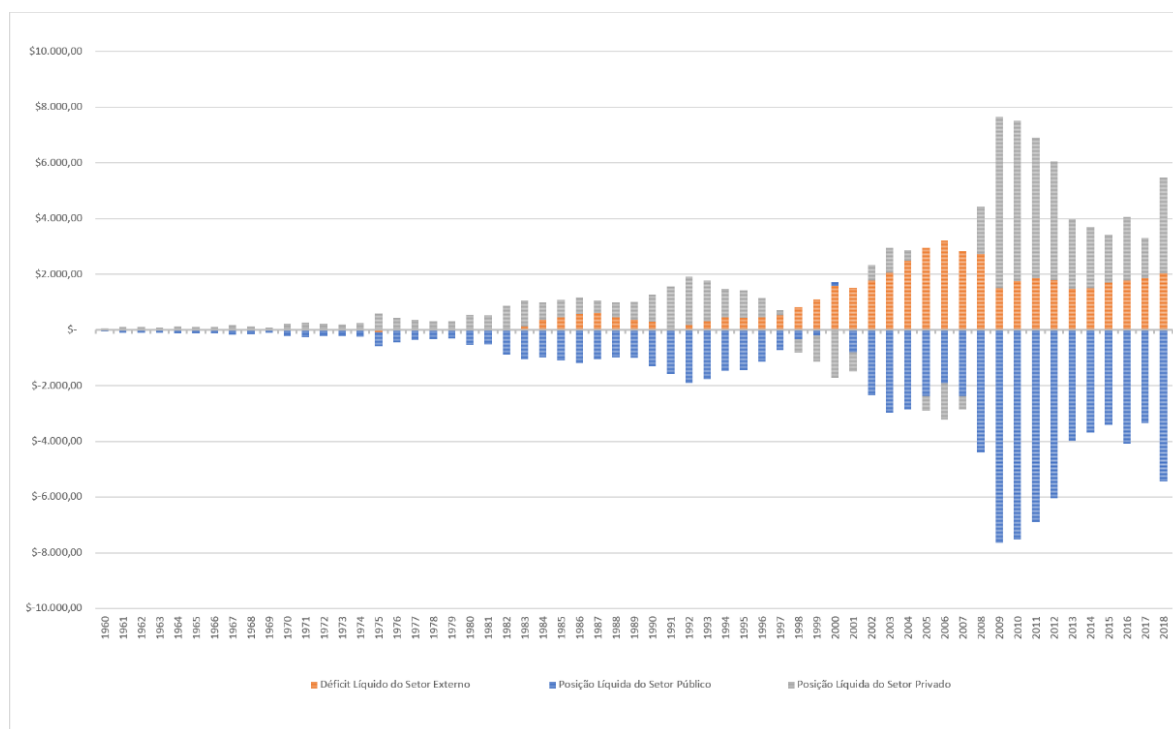
¹⁹ Este processo já vinha ocorrendo desde a década de 1950.

²⁰ Um mercado monetário de dólares operado por bancos comerciais na Europa, fora do controle do Federal Reserve.

²¹ Clark, 2005, p.20

²² Engdahl, 2004, p.127

Figura 1 – Balanço dos três setores (em Bilhões de dólares somados ao final de cada ano; sazonalmente ajustados).



Fonte: Federal Reserve Bank of St. Louis Economic Data. Elaboração Própria.

Considerando as iniciativas de reforma do SMI após o final de Bretton Woods no sentido de questionar a hegemonia da moeda americana, sua permanência em tal posto carecia de uma explicação. Uma resposta rápida poderia ser dada no sentido de que todos os países possuíam dívidas em dólares, e por isso precisariam de dólares. No entanto, tal resposta nos coloca em ciclo lógico infinito, senão como explicar a necessidade prévia de dólar que fizeram estes agentes se endividarem em dólares e não em marco alemão, ouro ou qualquer outro item.

O trabalho de Metri (2017) nos auxilia a responder esta questão, pois este incorpora o poder em sua redefinição do conceito de moeda, e utiliza a geopolítica, a diplomacia e a política externa dos Estados Unidos para explicar a estratégia de defesa do dólar no centro do sistema internacional²³. Para o autor:

Ao longo da década de 1970, o centro da estratégia de defesa do dólar como a moeda de referência internacional após a ruptura unilateral da paridade do dólar-ouro foi o petróleo exportado pelos países da Opep, em particular a Arábia Saudita. O controle e a presença militar nesta garantiu que a cotação do petróleo exportado seguisse sendo feita em dólares a

²³ Além da estratégia de denominação do petróleo saudita em dólares, Metri (2017) também aponta como movimento estratégico 1) a política externa americana de consolidação da URSS e da China dentro do território monetário do dólar, inaugurada em 1969; 2) a preservação do poder de veto dos Estados Unidos no Fundo Monetário Internacional, visando bloquear iniciativas de reforma do SMI.

despeito do comportamento da moeda estadunidense nos mercados de câmbio. (Metri, 2017, p. 176)

Parra (2004, p. 160) discorre sobre a complexidade de se chegar a um acordo entre os países produtores de petróleo e as companhias petroleiras visando recompor as perdas oriundas da desvalorização do dólar. A cotação internacional era feita em dólares, mas os impostos que as petroleiras pagavam para os governos dos países do Golfo eram denominados em libras, com exceção da Arábia Saudita – onde os impostos eram pagos em dólares. A maioria das transações internacionais de petróleo eram cotadas e liquidadas em dólares, no entanto, as vendas para os consumidores nos mercados nacionais eram realizadas nas moedas de cada país. Desta forma, era difícil chegar a uma medida única que pudesse recompor as perdas tanto para as empresas, como para os diferentes países produtores do Golfo Pérsico²⁴.

Ainda sobre as relações entre os produtores de petróleo e as companhias petroleiras, Parra (2004) lança luz sobre duas questões: 1) A Arábia Saudita era o único país do Golfo Pérsico cujos impostos do petróleo eram pagos em dólares, inserido na área monetária do dólar e; 2) A precificação do petróleo internacional em dólar, dada a estrutura do mercado no período, não era a solução ótima – havia o ônus da desvalorização do dólar e a própria mensuração deste ônus era um desafio para os agentes.

Em relação a primeira questão é importante destacar que as relações entre os dois países tiveram início em 1933, quando a Standard Oil Company of California (SOCAL) firmou um acordo com o Rei saudita Ibn Saud, que autorizou a exploração do petróleo na região de al-Haza, fundando a subsidiária California-Arabian Standard Oil Company (CASOC). Ademais, durante a Segunda Guerra Mundial a assistência financeira americana foi a principal fonte de receitas do governo saudita, através de operações de Lend-Lease²⁵. Estes dois elementos ajudam a explicar a inserção dos sauditas na área do dólar.

²⁴ It was a complex situation. Posted prices were quoted in dollars, but taxes were paid in sterling to all the Gulf countries except Saudi Arabia, where taxes were paid in dollars. Most prices for actual sales in international transactions of both crude and products were also quoted in dollars and payments made in dollars. However, sales to consumers in national markets were made in the currency of the country. Companies therefore received an array of different currencies, the relative proportions of which varied from company to company depending on their position in the markets. By the same token, different OPEC countries imported goods from different countries in different proportions. There was, therefore, no single measure specific to the companies or specific to the countries that would provide an adequate measure of the effect of the dollar devaluation on them, and any average would shift over time. (Parra, 2004, p. 160)

²⁵ A importância estratégica do petróleo durante o conflito tornou a Arábia Saudita um aliado crucial para a defesa militar norte-americana. O Lend-Lease Act de 1941 tinha como objetivo financiar os países aliados durante o conflito, e permitia que o presidente dos Estados Unidos realizasse empréstimos e fornecesse armas e outros suprimentos para qualquer país cuja defesa fosse vital para a segurança dos norte-americanos. Apesar da Arábia Saudita não fazer parte dos países aliados sob ataque dos países do Eixo o Lend-Lease foi autorizado em 1943, pois havia a percepção que a defesa e segurança da região afetava diretamente a segurança norte-americana. (Klare, 2005, p. 33).

Em relação a segunda questão, Clark (2005, p.20)²⁶ aponta que no início da década de 1970, em função da volatilidade e desvalorização do dólar após o rompimento de Bretton Woods, os países da OPEP começaram a discutir a viabilidade de precificar o petróleo em diversas moedas. A ideia era criar uma cesta de moedas dos países do G-10²⁷, os mais proeminentes membros do BIS (Bank of International Settlements), juntamente com as moedas da Suíça e da Áustria. Apesar da proposta não ter sido publicada, a implementação desta implicaria na redução do poder americano, pois o dólar deixaria de precificar o petróleo nos mercados internacionais, impactando negativamente na demanda por dólares em âmbito mundial, e principalmente, colocaria em risco a segurança energética dos Estados Unidos.

Com a posição internacional do dólar em xeque, a administração Nixon se empenhou em estreitar as relações diplomáticas com a Arábia Saudita com o objetivo de evitar a proposta de transição monetária para uma cesta de moedas e instituir que o preço do barril de petróleo fosse denominado apenas em dólares²⁸. As relações de segurança entre os Estados Unidos e a Arábia Saudita foram estabelecidas durante a Segunda Guerra Mundial, e em fevereiro de 1945 o encontro entre o presidente Roosevelt e Ibn Saud, selaram a relação estratégica entre os dois países, vigente até os dias de hoje. Os americanos garantem a segurança militar dos sauditas, que em contrapartida garantem o suprimento de petróleo dos americanos.

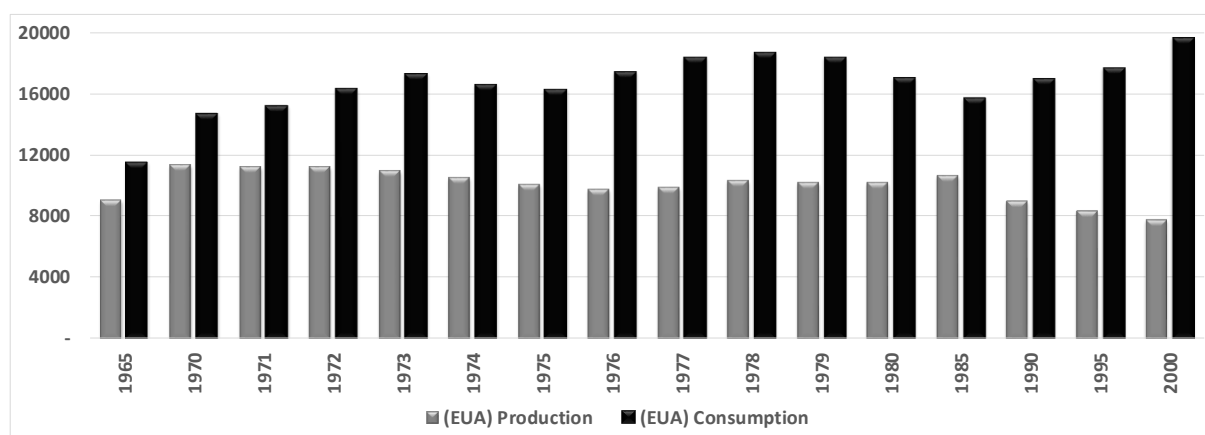
Ao final do conflito, os objetivos estratégicos dos americanos em relação a Arábia Saudita eram pautados pela estreita relação entre o petróleo e a segurança americana – energética, econômica e militar. Assim, as imensas reservas de petróleo da Arábia Saudita deveriam permanecer sob controle dos americanos por dois motivos – suplementar e substituir as reservas americanas, pois já era sabido que a capacidade de produção de petróleo dos Estados Unidos não seria suficiente para atender a demanda americana a longo prazo, como é possível observar na figura 2; e evitar que o petróleo saudita fosse controlado por inimigos geopolíticos.

Figura 2- EUA - Produção e Consumo diários de Barris de Petróleo (em milhares).

²⁶ O autor se baseia no livro de Spiro, *The Hidden Hand of American Hegemony*, de 1999.

²⁷ Este grupo era composto pelos representantes dos bancos centrais dos países Alemanha, Bélgica, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Países Baixos, Reino Unido e Suécia. Incluindo um membro não oficial, a Autoridade Monetária da Arábia Saudita (SAMA). Clark (2005, p.20)

²⁸ Metri, 2017



Fonte: BP Statistical Review of World Energy. Elaboração Própria

O consumo de petróleo dos americanos entre 1945-1971 triplicou e a partir de 1955 uma parcela cada vez maior do consumo era proveniente das importações do Oriente Médio. Assim, garantir o acesso ao petróleo barato era crucial para os americanos e seus aliados no pós-guerra, e isso significava tornar a Arábia Saudita – detentora das maiores reservas mundiais de petróleo – um dos aliados estratégicos²⁹.

A estratégia americana de manter a precificação internacional do petróleo em dólares envolvia também a consolidação do circuito financeiro em dólares através do Euromercado. Mesmo antes do primeiro choque do petróleo, em 1973, já havia a perspectiva de que o preço internacional do barril do petróleo subiria progressivamente – em função do aumento da demanda e desvalorização do dólar. Diante deste cenário as autoridades americanas, bem como a comunidade financeira dos Estados Unidos e Inglaterra, se planejavam para gerir os superávits dos países exportadores de petróleo, os chamados petrodólares³⁰.

Cabe esclarecer que a montagem do processo de reciclagem dos petrodólares não ocorreu sem contestações por parte dos demais países. Ao longo da década de 1970 emergiram propostas alternativas à moeda norte-americana, que incluíam desde a diversificação das reservas dos bancos centrais dos países da OPEP em outras moedas, até a denominação do petróleo em SDRs (Special Drawing Rights) emitidos pelo FMI. No entanto, os Estados Unidos lograram em conter este movimento através do seu poder de voto no FMI, e inclusive ampliaram a participação dos sauditas na instituição como parte da estratégia de manter um Estado aliado e poderoso dentro da OPEP, garantindo que o petróleo seguisse precificado e transacionado em dólares³¹.

²⁹ Klare, 2005, p.36-37

³⁰ In May 1973, with the dramatic fall of the dollar still vivid, a group of 84 of the world's top financial and political insiders met at Saltsjöbaden, Sweden, the secluded island resort of the Swedish Wallenberg banking family. This gathering of Prince Bernhard's Bilderberg group heard an American participant, Walter Levy, outline a 'scenario' for an imminent 400 per cent increase in OPEC petroleum revenues. The purpose of the secret Saltsjöbaden meeting was not to prevent the expected oil price shock, but rather to plan how to manage the about-to-be-created flood of oil dollars, a process U.S. Secretary of State Kissinger later called 'recycling the petrodollar flows.' (Engdahl, 2004, p. 131).

³¹ Metri (2017, p.173)

Portanto, toda esta diplomacia americana no sentido de manter a precificação do petróleo em dólares e inserir a Arábia Saudita no território dolarizado seria, no ponto de vista deste trabalho, fator determinante para os EUA atingir a Soberania do SMI. A próxima seção explorará melhor esta hipótese através de argumentos que nos ajudem a sustentar que após o rompimento de Bretton Woods, o petróleo passou a ser a obrigação compartilhada pelos agentes internacionais, que os obrigavam a demandar a moeda do Estado americano e nela denominar suas dívidas.

4. O petróleo como instrumento de Soberania.

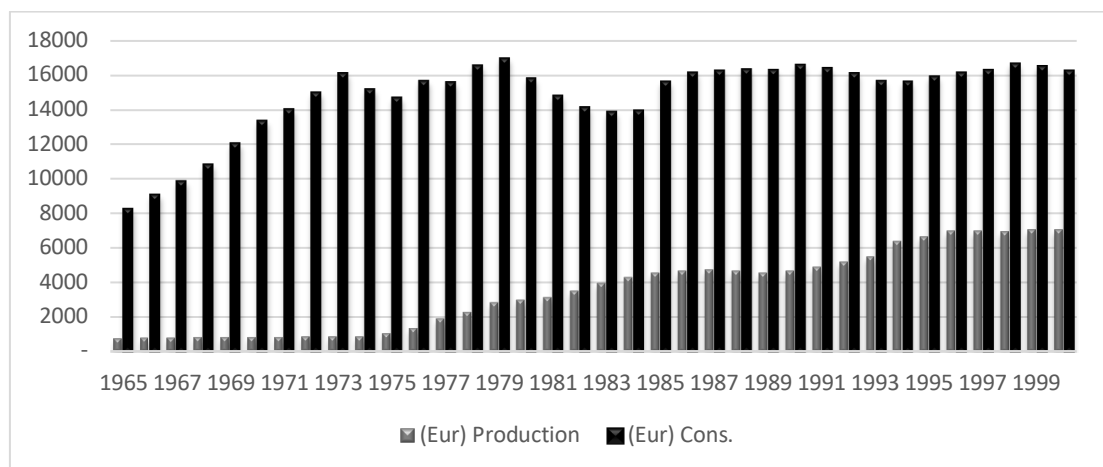
A importância do petróleo enquanto ativo estratégico deriva de sua importância geopolítica, militar e econômica. Sua versatilidade e eficiência permite que o petróleo seja utilizado na geração de energia, na produção de bens industriais e de consumo, e no setor de transportes em geral – automóveis, aviões e navios são movidos por derivados de petróleo. Assim, as altas taxas de crescimento da economia mundial durante os “anos dourados”³² vieram acompanhadas da progressiva importância do petróleo nas economias industriais. Em 1970 o petróleo e seus derivados respondiam por aproximadamente 60% das fontes de energia da Europa Ocidental. No Japão esta participação era ainda mais significativa, aproximadamente 72%. Já nos Estados Unidos e Canadá a participação era de 44%³³.

Como pode ser visto nas figuras 2 e 3, não só o consumo de petróleo cresceu na Europa e Ásia, como a dependência de importação destes blocos de países também. Enquanto o consumo europeu da *commodity* saiu de pouco mais de 8.000 barris por dia em 1965 para 16.000 em 1973, a produção permaneceu abaixo dos 2.000. Já na Ásia, o consumo que era de 3.200 barris por dia aumentou para mais de 9.000 entre 1965 e 1973, enquanto a produção da região subiu de 900 para cerca de 3.300 barris por dia.

³² período que se estendeu do final da Segunda Guerra Mundial até 1973.

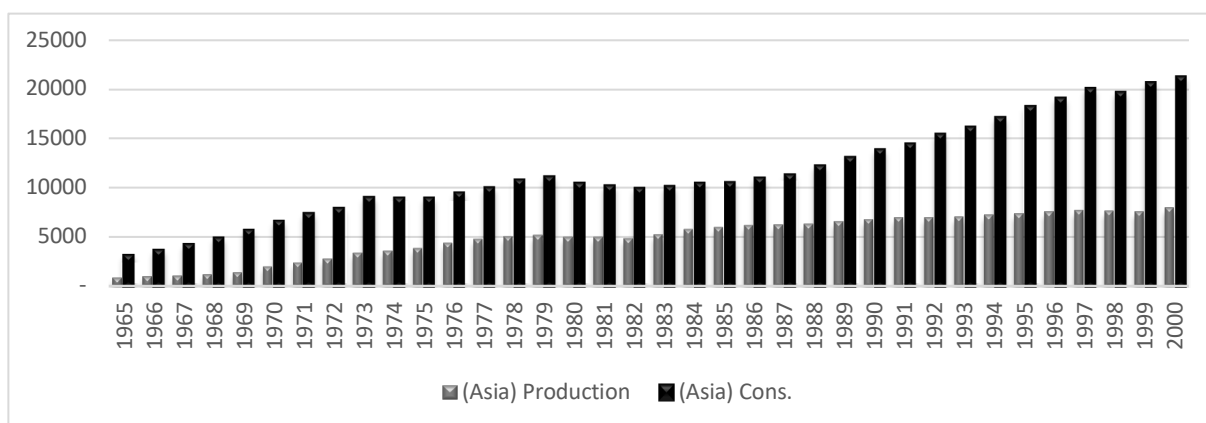
³³ Dados extraídos do trabalho de Kogut (1978)

Figura 2 – Produção e Consumo Diários de Barris de Petróleo (em milhares) - Europa³⁴ – 1965-2000



Fonte: BP Statistical Review of World Energy. Elaboração Própria

Figura 3 – Produção e Consumo Diários de Barris de Petróleo (em milhares) – Ásia³⁵ -



1965-2000

Fonte: BP Statistical Review of World Energy. Elaboração Própria

Do ponto de vista do comércio internacional, os dados de 1974 revelam que os Estados Unidos importavam 37% de suas necessidades de petróleo, a Europa Ocidental e o Japão importavam 98% e 100% dessas necessidades, respectivamente (Kogut, 1978). As figuras 2 e 3 mostram o excedente do consumo sobre a produção da Europa e da Ásia, respectivamente. Apesar de não podermos afirmar

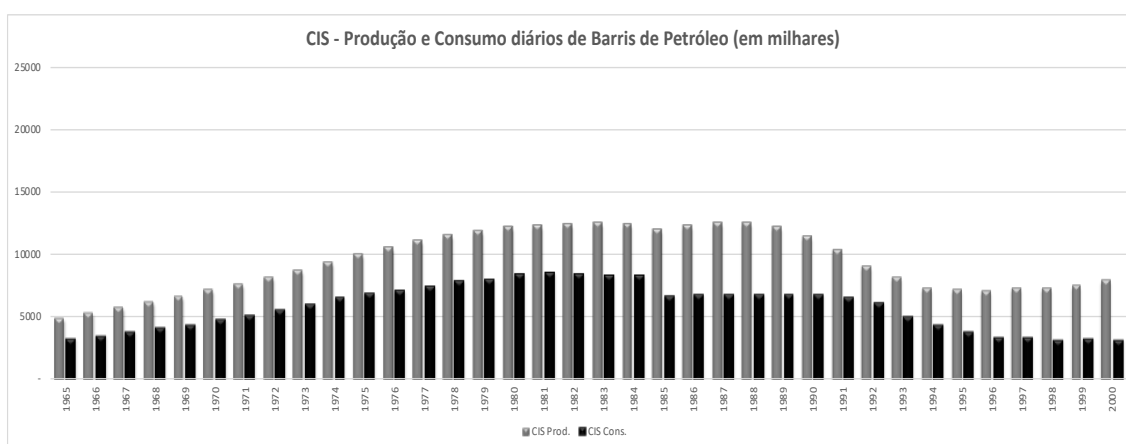
³⁴ O bloco “Europa” compreende os membros europeus da OCDE (Áustria, Bélgica, República Tcheca, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Letônia, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Polônia, Portugal, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido), além da Albânia, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Croácia, Chipre, antiga República Jugoslava da Macedônia, Geórgia, Gibraltar, Letônia, Lituânia, Malta, Montenegro, Macedônia do Norte, Romênia e Sérvia.

³⁵ O bloco “Ásia” compreende Ásia e Pacífico, sendo composto por: Brunei, Camboja, Território principal da China, China Hong Kong, China Macau, Indonésia, Japão, Laos, Malásia, Mongólia, Coreia do Norte, Filipinas, Cingapura, Sul da Ásia (Afeganistão, Bangladesh, Índia, Mianmar, Nepal, Paquistão e Sri Lanka), Coreia do Sul, Taiwan, Tailândia, Vietnã, Austrália, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné e Oceania.

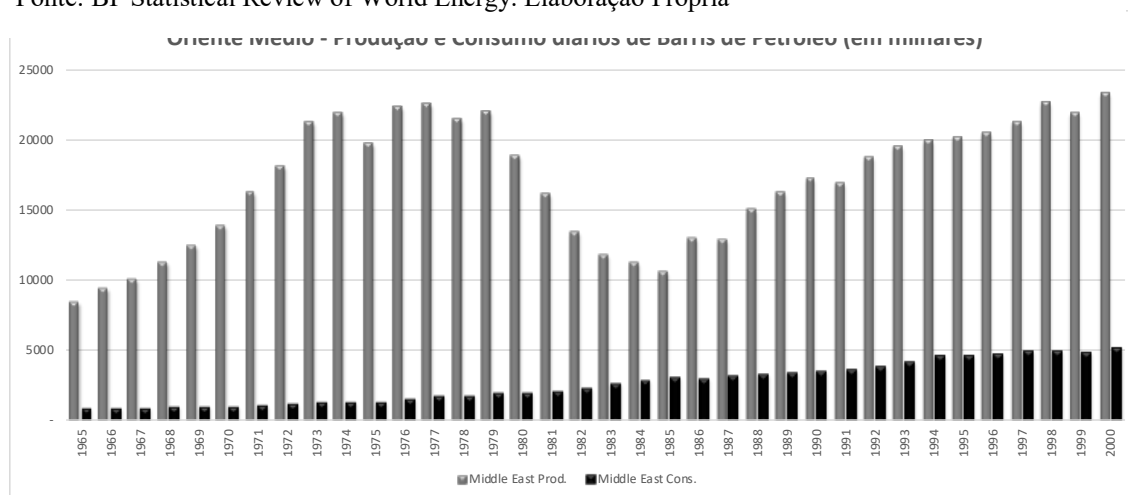
que toda a produção nacional de petróleo era destinada ao consumo nacional, estes dados são *proxy*'s das necessidades de importação de petróleo dos países desta região. A despeito das variações nas quantidades ao longo dos anos, o gráfico mostra que nos dois blocos de países analisados a produção foi inferior ao consumo, e que a necessidade de petróleo importado aumentou consideravelmente desde 1970 – principalmente na Ásia, a partir dos anos 1990.

No âmbito diametralmente oposto ao da demanda de petróleo verificado acima, temos dois grandes blocos responsáveis pela oferta, são eles CIS³⁶ e Oriente Médio³⁷. Mas comparando o resultado líquido, o excedente de barris de petróleo do CIS é irrisório se confrontado ao excedente dos países do Oriente Médio, conforme a figuras 4 e 5.

Figura 4 - Produção e Consumo diários de barris de petróleo no CIS (em milhares).



Fonte: BP Statistical Review of World Energy. Elaboração Própria



Fonte: BP Statistical Review of World Energy. Elaboração Própria

Figura 5 - Produção e Consumo diários de barris de petróleo no Oriente Médio (em milhares).

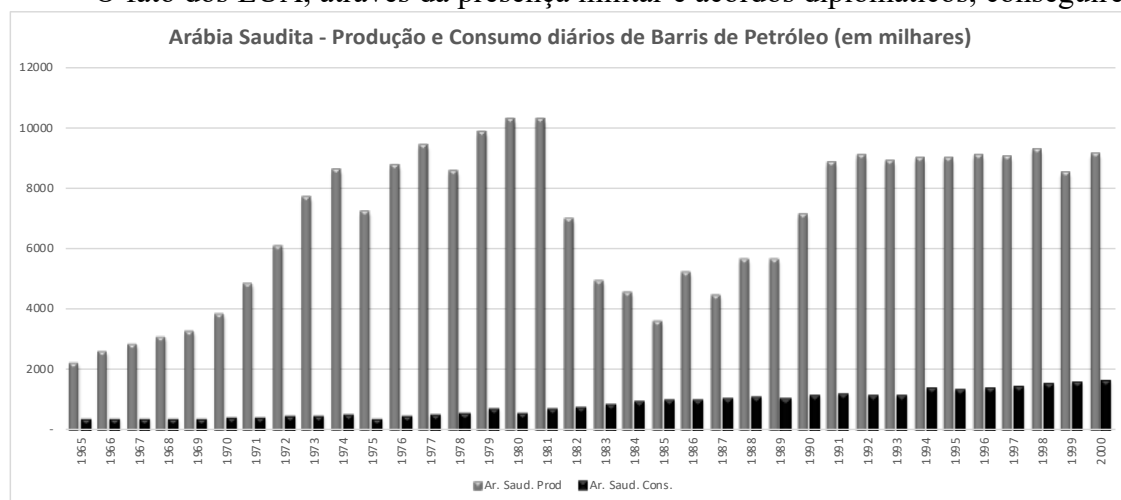
³⁶ CIS é a sigla para *community of Independent States*, composto por Azerbaijão, Cazaquistão, Turcomenistão, URSS (até 1984), Uzbequistão e “outros CIS” após 1985 a depender da configuração geográfica do período. Os dados da URSS incluem Geórgia, Ucrânia, os Países Bálticos.

³⁷ O bloco “Oriente Médio” é composto por: Península Arábica, Irã, Iraque, Israel, Jordânia, Líbano e Síria.

Analisando a produção do Oriente Médio fica evidente importância da produção de barris de petróleo da Arábia Saudita, conforme figura 6. Ao final da década de 1970, dos mais de 18.800 barris produzidos por dia no Oriente Médio, a Arábia Saudita era responsável por mais de 10.200 barris. Como mostrado na seção anterior, todos que eram destinados para exportação, estavam denominados em dólares.

Figura 6 - Produção e Consumo diários de barris de petróleo na Arábia Saudita (em milhares).

O fato dos EUA, através da presença militar e acordos diplomáticos, conseguirem fazer com



que a
Arábia
Saudita

Fonte: BP Statistical Review of World Energy. Elaboração Própria

precificasse suas exportações em dólares foi de suma importância para alcançar sua soberania. Pois em um contexto em que o petróleo estava precificado em dólar, a necessidade de importação de petróleo constatada nas figuras 2 e 3 eram, na verdade, necessidade de dólares para saldar o débito com Arábia Saudita e outros países do Oriente Médio. Desta forma, podemos entender os déficits externos americanos da figura 1 como injeção de liquidez necessária e requerida pelos países Europeus e Asiáticos para “apaziguar” o débito em aberto no mercado de petróleo.

Ademais, considerando a importância do endividamento dos agentes em dólares na perspectiva *neo-cartalista*, se incorporarmos o papel dos petrodólares³⁸ como fator impulsionador do Euromercado a partir de 1974 – que levou ao aumento das linhas créditos dos bancos privados para governos de países periféricos, como foi o caso do Brasil³⁹ – então a denominação do preço internacional do petróleo em dólares, bem como a reciclagem dos petrodólares através dos bancos comerciais, nos fornecem uma pista para compreender os pilares iniciais que sustentaram a posição internacional do dólar.

³⁸ Superávits em dólares dos países exportadores de petróleo

³⁹ Os dados da economia brasileira apresentados por Kogut (1978) corroboram esta hipótese. Entre 1960 e 1975, o consumo de petróleo cresceu a uma taxa média de 10,4% ao ano, superior à do próprio produto real, cuja taxa média de aumento foi de 7% ao ano. Em 1974, o Brasil importava 82% do petróleo consumido.

Em 1973, em resposta a Guerra do Yon Kippur os países da OPEP decretaram o embargo das exportações de petróleo para os Estados Unidos, e quadruplicaram o preço do barril de petróleo. O aumento dos preços gerou um excedente em dólares nos países exportadores de petróleo, que foi direcionado para os bancos americanos e ingleses na praça financeira de Londres – o euromercado. Assim, os petrodólares forneceram liquidez para consolidar o circuito financeiro do euromercado, possibilitando a abertura de linhas de crédito em dólares para os países da periferia, como os países da América Latina, que necessitavam de divisas para viabilizar suas importações de petróleo. Do ponto de vista monetário, os petrodólares forneceram a liquidez necessária para criar o circuito das dívidas em dólares – e isto só foi possível em função da denominação do preço internacional do petróleo em dólares, que criou uma obrigação compartilhada dentre os países importadores da commodity, e cuja elevação dos preços desencadeou o aumento da demanda pela moeda americana a despeito de sua desvalorização.

Nos termos *chartalistas*, o *euromercado* e todo o dólar gerado através do circuito financeiro não podem explicar a origem do dólar como moeda no SMI, pois não seriam *Money proper*, senão *bank Money*. Como Minsky sempre arguiu: a dificuldade não está em criar moeda, mas em fazê-la aceita. Assim como os bancos podem emitir moeda em um sistema monetário doméstico, todo o circuito financeiro que se montou a partir do comércio internacional foram responsáveis por ampliar a liquidez do SMI, sem a qual crises severas poderiam ter tomado forma. Todavia, tanto a “moeda bancária” no sistema doméstico como a “moeda bancária” no SMI não seriam moeda do Estado, mas apenas representação desta que, como tal, estão recorrentemente sujeitas a confiança dos credores em sua taxa de conversão já que seus emissores, diferente do Estado, possuem restrição de sobrevivência.

Vale apontar que os petrodólares também consolidaram o papel dos títulos do tesouro norte-americano como principal ativo de reserva. Em 1974 o governo da Arábia Saudita comprou 2,5 bilhões de dólares em títulos do tesouro norte-americano. Conforme Metri (2017, p.173) as aplicações do governo saudita ocorriam sem a divulgação de sua posição de investimento e por meio de operações secretas denominadas “*add-ons*”, criadas especificamente para o governo saudita. Tratava-se de uma emissão de títulos do tesouro com condições específicas, ou seja, o preço dos títulos era pré-negociado entre os dois governos, e a aquisição não ocorria por meio de oferta pública. Os *add-ons* só eram ofertados ao público após a negociação entre os governos.

A aquisição dos títulos do tesouro norte-americano por parte dos bancos centrais se difundiu na década de 1980, com o famigerado caso do governo japonês que investia os superávits comerciais nos títulos da dívida americana e permanece até os dias de hoje. O fato dos títulos do tesouro americano comporem grande parte dos ativos no balanço dos bancos centrais garante aos EUA, o papel de administrador liquidez do SMI, podendo aumentá-la via déficits em transações correntes ou enxugá-las via venda de títulos. Da mesma maneira que um governo soberano administra a liquidez

doméstica através de operações de mercado aberto com o mercado bancário, os EUA administram a liquidez internacional através de compra e venda de títulos soberanos aos Bancos Centrais das demais nações que ficam a mercê da “política monetária” escolhida pelo governo americano. Deste ponto, podemos constatar que a posição dos EUA no SMI é diferenciada em relação a todos os demais países nele inseridos, isto porque todos estes outros países são apenas usuários da moeda do SMI e não emissores. Como usuários de moeda enfrentam restrições de sobrevivência em relação ao *dólar*.

Com isso, através de uma abordagem *neo-chartalista*, podemos pensar em uma hierarquia de moedas no SMI, tal qual proposto por Cohen (1998) e De Paula et. Al (2017) em que cada Estado encontra-se sujeito à diferentes graus de soberania no SMI. Quanto mais utilizada a divisa de um Estado for no SMI, maior será o grau de soberania deste Estado e menor será a desconfiança dos demais agentes na taxa de conversão deste. Este fato garante ao detentor desta divisa taxas de conversões quase que plenamente flexíveis ao dólar, atingindo patamar próximo da soberania plena, como é o caso do Euro, por exemplo. A libra esterlina, o iene e o franco suíço estão em patamares inferiores ao euro, mas ainda acima das divisas periféricas como o peso mexicano e o real brasileiro (ver De Conti et al. 2014, p.344). Quanto mais a periferia do SMI encontra sua moeda, mais afetado o país é em relação às políticas monetárias praticas nos EUA.

Quando contestada a posição internacional do dólar, ao longo de toda década de 1970, os EUA praticaram política monetária restritiva em 1979 para enxugar a liquidez abundante do sistema e exercer seu poder estrutural sobre as demais nações. Este evento histórico é um exemplo de mudança de rumo da política monetária dos EUA que afetou até mesmo países detentores de divisas com altíssimo grau de hierarquia no SMI. Assim, o choque Volcker em 1979 inaugurou a política do dólar-forte⁴⁰ e desnudou a soberania monetária dos Estados Unidos em âmbito internacional. Apesar do sistema monetário internacional ter operado de forma disfuncional ao longo da década de 1970, as bases do padrão dólar-flexível foram estabelecidas durante os anos de turbulência e o petróleo um dos elementos chave nos alicerces do *Dólar Soberano*.

5. Considerações finais

Na primeira seção deste artigo trouxemos a ideia de que para um Estado conquistar sua soberania monetária precisaria de quatro condições necessárias, seriam elas: 1) ter unidade de conta; 2) ser capaz de espalhar obrigações denominadas nesta unidade de conta; 3) emitir o meio de troca que representará a unidade de conta e saldará a obrigação e; 4) não se comprometer com a conversão deste meio de troca em outra mercadoria fora de seu controle. Vimos que na história recente do

⁴⁰ Tavares, 1985

sistema monetário internacional apenas os Estados Unidos conseguiram estabelecer a soberania monetária em âmbito internacional nos termos do *neo-chartalismo* de Wray (1998 e 2019).

O rompimento unilateral dos americanos com a conversibilidade do dólar em ouro, em 1971, encerrou o Padrão monetário Ouro-Dólar – firmado nos acordos de Bretton Woods – e deu início ao Padrão Dólar-Flexível, em que o dólar fiduciário se tornou a moeda internacional no regime de câmbio flutuante. Buscamos investigar de que forma os Estados Unidos lograram em tornar o dólar fiduciário a moeda internacional. Se no âmbito doméstico os tributos geram a obrigação compartilhada do uso de uma determinada moeda, como os americanos geraram esta obrigação em âmbito internacional?

Adotamos a perspectiva de Metri (2014) e (2017) sobre os processos de internacionalização monetária a partir da perspectiva *chartalista*, que incorpora o poder como categoria teórica para as análises de temas monetários. Assim, entendemos que a soberania monetária do dólar em âmbito internacional foi resultado da expansão do território monetário dos Estados Unidos, sendo um processo sobretudo político. Dentro da metodologia apresentada pelo autor, adotamos a hipótese que a internacionalização do dólar se deu por meio da dominação de zona estratégicas em escala global, mais especificamente, a presença militar no Golfo Pérsico que permitiu aos Estados Unidos – por meio de acordos políticos com a Arábia Saudita – garantir a precificação do petróleo em dólares. Se no âmbito nacional o monopólio da violência permite que o Estado arbitre a unidade de conta e imponha o uso de uma determinada moeda, em âmbito internacional o poder militar confere a capacidade de controlar as zonas estratégicas e criar mecanismos de imposição do uso de uma determinada moeda para os demais países.

O ponto chave é que, na ausência de impostos internacionais denominados em dólares, o petróleo foi a obrigação compartilhada utilizada pelos americanos. A estratégia de denominação do preço internacional do petróleo em dólares geraria uma obrigação em dólares para os demais países, uma vez que as principais economias capitalistas eram altamente dependentes da importação de petróleo. Destarte, sendo o petróleo transacionado em dólares, as demais economias importadoras de petróleo seriam obrigadas a precificar suas exportações em dólares para viabilizarem suas importações de petróleo.

Assim, o fato dos EUA, através da presença militar e acordos diplomáticos, conseguirem fazer com que a Arábia Saudita precificasse suas exportações em dólares foi de suma importância para alcançar sua soberania. Como foi apresentado, um Estado com soberania monetária não encontra restrições de cunho econômico para expandir seus gastos e, eventualmente, seus déficits.

É de suma importância destacar todo o papel que o *euromercado* desempenhou na reciclagem dos dólares obtidos com a venda de petróleo pela Arábia Saudita que retornavam em forma de aplicação financeira em *Wall Street* e na *city* Londrina. Esta reciclagem teve papel determinante na

liquidez do sistema bancário e possibilitou injeções massivas de liquidez internacional através do sistema financeiro. Isto é, na abordagem *neo-chartalista* a moeda é criatura do Estado, mas este não controla sua circulação. Assim como no âmbito nacional o sistema financeiro é capaz de emitir moeda conforme a preferência pela liquidez de seus agentes, o desenvolvimento do sistema financeiro americano e britânico nos anos 1970 e 1980 foram fundamentais para manter a liquidez do SMI, mas não explica a origem do dólar como moeda internacional. O argumento aqui defendido é que estes contratos de dívida poderiam ter sido firmados em marcos alemães ou libra esterlina, mas foram firmados em dólares devido à obrigação que todos os principais agentes internacionais tinham que saldar nesta moeda. Em última análise, a origem do dólar como moeda internacional está intimamente ligada ao petróleo.

Referências

- CLARK, W. R. **Petrodollar warfare: oil, Iraq and the future of the dollar**. Canada: New Society Publisher, Gabriola Island, 2005.
- COHEN, B. J. **The Geography of Money**. London, Ithaca: Cornell University Press, 1998.
- DAVIDSON, Paul. Money and the real world. **The Economic Journal**, v. 82, n. 325, p. 101-115, 1972.
- DE CONTI, Bruno Martarello; PRATES, Daniela Magalhães; PLIHON, Dominique. A Hierarquia Monetária e suas Implicações para as Taxas de Câmbio e de Juros e a Política Econômica dos Países Periféricos. **Economia e Sociedade**, v. 23, n. 2, p. 341, 2014.
- DEQUECH, David. Is money a convention and/or a creature of the state? The convention of acceptability, the state, contracts, and taxes. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 36, n. 2, p. 251-274, 2013.
- _____. The Concept of Development Conventions: Some Suggestions for a Research Agenda. **Journal of Economic Issues**, v. 51, n. 2, p. 285-296, 2017.
- ENGDAHL, W. **A century of war: anglo-american oil politics and the new world order**. Revised Edition. Pluto Press, 2004.
- GODLEY, Wynne. **Money, Finance and National Income Determination: An Integrated Approach**. Anadele-Hudson, NY: Levy Economic Institute of Bard College, Working Paper n.167, 1996
- HELLEINER, Eric. **States and the reemergence of global finance: from Bretton Woods to the 1990s**. Cornell University Press, 1996.

- HODGSON, Geoffrey M. What are institutions?. **Journal of economic issues**, v. 40, n. 1, p. 1-25, 2006.
- INNES, Mitchel. What is Money?. **The Banking Law Journal**, 1913.
- KEYNES, J. M. The Treatise on Money. In.: **The Collected Writings of John Maynard Keynes**, v. I e II, Cambridge: Cambridge University Press, 1930. (Edition published in 2013).
- _____. **The General Theory of Employment, Interest and Money**. London: MacMillan. 1936.
- KLARE, M. **Blood and Oil: the dangers and consequences of America's growing dependence on imported petroleum**. New York: Owl Books, 2005.
- KNAPP, G. F. **The State Theory of Money**. London: Macmillan Company Limited, St. Martin's street, 1924.
- KOGUT, E. O mercado mundial de petróleo. *R. Adm. Pública*, 12(4), p. 57-74, out/dez, **Rio de Janeiro**, 1978.
- LAWSON, Tony. Social Positioning and the Nature of Money. **Cambridge Journal of Economics**, v.40, n.4, p.961-996, 2016.
- METRI, M. **Poder, riqueza e moeda na Europa Medieval**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- _____. A diplomacia monetária dos Estados Unidos nos anos 1970. **Revista tempo do mundo**, v. 3, n. 1, jan. 2017.
- MINSKY, H. **Induced Investment and Business Cycles**, unpublished Ph.D. dissertation, Department of Economics, Harvard University, 1954.
- ORLÉAN, A. "**L'approche Institutionnaliste de La Monnaie: une introduction**"[The Institutional Approach to Money: An Introduction]. Mimeo. Paris, 2007.
- PARRA, F. Oil Politics: A Modern History of Petroleum. London/New York: I.B. Tauris, 2004.
- SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1776 (Edição Publicada em 1983).
- SPIRO, David. **The Hidden Hand of American Hegemony: Petrodollar Recycling and International Markets**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1999.
- TAVARES, Maria da Conceição. "A retomada da hegemonia norte-americana". *Revista de Economia Política*, vol. 5, n. 2, p. 5 – 15, 1985.
- TORRES FILHO, Ernani Teixeira. **A Moeda em Minsky e o Atual Sistema Monetário Globalizado Americano**. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Discussion Paper n.12, 2019.
- _____. "O papel do petróleo na geopolítica americana", in: FIORI, J.L. (Org.) **O Poder Americano**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

VERNENGO, Matías; CALDENTEY, Esteban Pérez. **Modern Money Theory (MMT) in the Tropics**: Functional Finance in Developing Countries. Political Economy Research Institute, Working Paper, n.495, 2019.

WRAY, L. Randall. **Understanding Modern Money**. Cheltenham: Edward Elgar, 1998.

_____. **Credit and State Theories of Money**: The contributions of A. Mitchell Innes. Edward Elgar Publishing, 2004.

_____. Alternative Paths to Modern Money Theory. **Real-World Economics Review**, p. 5, 2019.